

Brasília-DF, 15 de julho de 2026

Teresa Leitão reúne centrais sindicais para debater o fim da escala 6x1 no Senado



A presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Sônia Zerino, participou, nesta terça-feira (14), de uma reunião com representantes das centrais sindicais na Liderança do Governo no Senado Federal. Conduzido pela senadora Teresa Leitão (PT-PE), líder do Governo no Senado, o encontro teve como foco as articulações para o avanço da proposta que prevê o fim da escala 6x1 no Congresso Nacional.

Durante a reunião, as lideranças sindicais reforçaram a importância do diálogo entre o governo e o movimento sindical para a construção de uma jornada de trabalho mais justa, capaz de conciliar desenvolvimento econômico, produtividade e melhores condições de vida para os trabalhadores e as trabalhadoras.



Também foram discutidas as articulações políticas necessárias para fortalecer a tramitação da proposta, considerada uma das principais reivindicações da classe trabalhadora. Os representantes das centrais defenderam a continuidade da mobilização em favor da redução da jornada de trabalho, destacando que o fim da escala 6x1 representa um avanço nas relações

de trabalho, com impactos positivos para a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida da população trabalhadora.

Sônia Zerino destacou que a NCST seguirá atuando ao lado das demais centrais sindicais na defesa da redução da jornada de trabalho e na construção de propostas que garantam mais qualidade de vida, valorização profissional e direitos para a classe trabalhadora.

Fonte: NCST

Trabalhadores da Enel SP aprovam novo Acordo Coletivo

Trabalhadores da Enel SP aprovam acordo coletivo com reajuste salarial e melhoria em benefícios e plano de carreira para 2026/2028



Após diversas rodadas de negociação entre o Sindicato dos Eletricistas e a Enel São Paulo, os trabalhadores aprovaram, por ampla maioria, a proposta de renovação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2026/2028.

Na noite de terça-feira (7), cerca de mil eletricitários participaram de assembleia na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e decidiram pela medida.

Entre os principais pontos da proposta está o reajuste salarial de 4,42%, retroativo à data-base de 1º de junho de 2026, aplicado sobre os salários vigentes em 31 de maio. O índice corresponde à reposição pelo INPC prevista para o período.

Além disso, o acordo reúne avanços em cláusulas econômicas, benefícios, Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e compromissos assumidos pela empresa em relação ao plano de carreira.

A proposta apresentada pela Enel foi resultado de um processo de negociações conduzido ao longo das

Brasília-DF, 15 de julho de 2026

últimas semanas entre representantes da empresa e da entidade sindical.

Durante a assembleia, coordenada pelo presidente da entidade Eduardo Annunziato (Chicão), foi detalhado cada um dos pontos negociados.

Os dirigentes também esclareceram dúvidas dos trabalhadores e destacaram as conquistas obtidas ao longo da campanha salarial. Após a apresentação, a categoria votou pela aprovação da proposta, garantindo a renovação do acordo para o período de 2026 a 2028.

Para o presidente Chicão, o resultado da votação demonstra a confiança da categoria no processo de negociação.



“Isso reforça a importância da mobilização dos trabalhadores para a conquista e manutenção de direitos”, afirma.

Com a aprovação, o novo Acordo Coletivo de Trabalho passa a estabelecer as condições de trabalho e os benefícios da categoria pelos próximos dois anos, proporcionando maior segurança jurídica e previsibilidade para trabalhadores e empresa.

Reajuste salarial e benefícios

A empresa também propõe reajustes nos benefícios, incluindo:

- Vale-refeição de R\$1.340,75;
- Vale-alimentação de R\$ 363,00;
- Vale-férias de R\$ 3.319,00;
- Auxílio-creche/babá de R\$ 913,00 para empregadas e R\$ 456,32 para empregados com filhos de até 4 anos e 12 meses incompletos;
- Auxílio para filho com deficiência de R\$ 975,00;
- Auxílio ao empregado com necessidades especiais (PCD) de R\$ 462,00;
- Reembolso por quilometragem de R\$ 1,96;
- Bolsa de estudos de R\$ 676,00, com vigência a partir de janeiro de 2027.

PLR pode chegar a mais de R\$ 11,8 mil

A proposta prevê uma PLR coletiva de R\$ 10.630,00 para o atingimento de 100% das metas. Além disso, há previsão de pagamento de um Up Side de R\$ 1.206,50 por empregado, condicionado à superação em 20% do indicador Resultado do Serviço em relação a 2025.

Também está prevista uma antecipação da PLR no valor de R\$ 6.400,00, acrescida de 10% do salário-base, com pagamento previsto para agosto, caso a proposta seja aprovada pelos trabalhadores.

Plano de carreira e promoções

Outro destaque da proposta é a manutenção dos investimentos no plano de carreira dos empregados operacionais e técnicos. Entre os compromissos apresentados estão:

- reajuste pelo INPC e 1% de aumento real para eletricitistas do Insourcing;
- piso salarial de R\$ 2.800,00 para eletricitistas e diversos cargos técnicos e assistenciais, - exceto Insourcing, a partir de agosto de 2026;
- promoção dos eletricitistas que executam trabalhos em linha viva, eliminando a atuação de - profissionais da categoria júnior nessa atividade;
- compromisso de discutir a revisão das carreiras administrativas, técnicas, de analistas e especialistas durante a vigência do ACT;
- realização de mais de 300 promoções para corrigir distorções históricas no quadro funcional.

Fonte: Rádio Peão Brasil

Na Índia, Chicão defende salário digno e proteção previdenciária aos trabalhadores

Presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo discursou no primeiro dia da 15ª Cúpula do Fórum Sindical do BRICS e alertou para os impactos da precarização do trabalho sobre a Previdência Social



O presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, Eduardo Annunziato (Chicão), discursou nesta terça, 14 de julho, durante o primeiro dia da 15ª Cúpula do Fórum Sindical do BRICS 2026, realizada em Hyderabad, na Índia. Vice-presidente da Força Sindical, Chicão representa no encontro internacional o presidente da Central, Miguel Torres.

A abertura oficial do evento foi realizada pelo ministro do Trabalho e Emprego da Índia, Dr. Mansukh

Brasília-DF, 15 de julho de 2026

Mandaviya, que defendeu a construção de uma ordem global centrada nos trabalhadores, na qual o avanço tecnológico seja orientado pela justiça social, pela inovação responsável e pela dignidade humana.

Ao discursar para representantes dos países que integram o BRICS, o ministro afirmou que o tema da presidência indiana do bloco — “Construindo para a Resiliência, a Inovação, a Cooperação e a Sustentabilidade” — demonstra o compromisso do país em garantir que o futuro do trabalho permaneça inclusivo, justo e voltado ao bem-estar dos trabalhadores.

Em sintonia com os debates apresentados durante a abertura, Chicão abordou a relação direta entre salários dignos, contribuições previdenciárias e a sustentabilidade dos sistemas de proteção social. Segundo o dirigente, qualquer discussão sobre Previdência precisa começar pela valorização salarial, uma vez que as contribuições dos trabalhadores são calculadas com base nos rendimentos recebidos.

“A base de toda a discussão sobre a Previdência passa pelo salário, porque as contribuições são feitas sobre ele”, afirmou Chicão. O sindicalista lembrou que a Constituição Federal brasileira determina que o salário mínimo deve ser suficiente para atender necessidades essenciais, como moradia, alimentação, transporte, saúde e educação.

Matéria completa: <https://eletricitarios.org.br/noticias/na-india-chicao-defende-salario-digno-e-protecao-previdenciaria-aos-trabalhadores/>

Fonte: Eletricitários

Paim diz ter esperança de que Senado aprove fim da escala 6x1 até agosto



Carlos Moura/Agência Senado

Em pronunciamento feito de forma remota nesta segunda-feira (13), o senador Paulo Paim (PT-RS) disse ter esperança de que a proposta de emenda à Constituição que extingue a chamada escala 6x1 — a PEC 221/2019 — seja votada e aprovada até agosto.

Aprovada em maio pela Câmara, a proposta, que também reduz a jornada semanal de 44 para 40 horas, aguarda votação no Senado.

— Estamos às portas do recesso parlamentar. Se essa matéria não avançar agora... Eu tenho muita esperança de que ela vai ser votada no mês de agosto, porque, com certeza, o trabalhador brasileiro sabe que ele não vai nadar, nadar e morrer na beira da praia. Espero sinceramente que isso não aconteça. Espero que esta Casa compreenda a dimensão histórica dessa decisão.

Para o senador, o debate sobre a redução da jornada não “pertence” ao governo, à oposição e nem aos partidos políticos, e sim ao povo. Ele declarou que milhões de brasileiros acordam todos os dias antes de o sol nascer, enfrentam horas no transporte público lotado e voltam para casa quando os filhos já estão dormindo. A lógica da exaustão física e mental, disse ele, não pode existir em uma sociedade que pretende ser justa.

— O trabalho deve libertar, jamais aprisionar. Repito o que tenho dito há décadas: não nascemos apenas para trabalhar; nascemos para viver, para viver ao lado da família, para conviver com os filhos, para cuidar dos pais e dos avós, para estudar, descansar, amar, namorar, participar da comunidade, ter tempo para sonhar. E queremos um trabalho decente.

Para Paim, os argumentos de que as alterações na jornada vão prejudicar profundamente a economia não procedem. Ele recordou que as mesmas alegações ocorreram quando se pretendia criar o décimo terceiro salário, a licença-maternidade e as férias remuneradas, por exemplo.

Fonte: Agência Senado

Debate reforça pressão por votação do projeto que criminaliza a misoginia

Representantes de órgãos públicos, pesquisadoras e parlamentares defendem a aprovação da proposta como instrumento de combate à violência contra as mulheres.



Especialistas, integrantes do governo federal e parlamentares defenderam, em audiência na Câmara dos Deputados, a votação do projeto que tipifica a misoginia como crime. Para os participantes, a medida representa um passo importante para enfrentar a

Brasília-DF, 15 de julho de 2026

violência de gênero e fortalecer a proteção dos direitos das mulheres.

Durante o debate, representantes de entidades ligadas à defesa dos direitos das mulheres afirmaram que a criminalização da misoginia contribuirá para coibir práticas de discriminação, violência e incitação ao ódio motivadas pelo gênero. A avaliação é de que esse tipo de comportamento alimenta agressões que, em muitos casos, culminam em feminicídios.

A secretária nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Estela Bezerra, destacou que os elevados índices de assassinatos de mulheres no país demonstram a necessidade de ampliar os mecanismos legais de prevenção e responsabilização. Segundo ela, a aprovação da proposta também tem caráter educativo ao reafirmar que a violência e a discriminação contra mulheres não podem ser naturalizadas.

O Projeto de Lei 896/2023, já aprovado pelo Senado, prevê a equiparação da misoginia ao crime de racismo. Pelo texto, passa a ser considerada criminosa a prática, a incitação ou a promoção de violência, discriminação ou restrição de direitos contra mulheres em razão de sua condição de gênero. A pena prevista é de reclusão de dois a cinco anos, além de multa.

A coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher, Marlise Matos, ressaltou que discursos de ódio costumam anteceder diferentes formas de violência e representam um obstáculo à participação feminina em espaços de decisão. Para ela, o enfrentamento desse cenário exige políticas públicas e instrumentos legais capazes de prevenir a discriminação.

A presidente da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, deputada Luizianne Lins, lembrou que a legislação brasileira voltada à proteção das mulheres foi consolidada apenas nas últimas décadas. A parlamentar também defendeu mobilização permanente da sociedade para garantir não apenas a aprovação da proposta, mas sua efetiva aplicação.

Na última semana, a Câmara aprovou o regime de urgência para a tramitação do projeto, permitindo que a matéria seja apreciada diretamente pelo Plenário. A expectativa é que a votação ocorra ainda antes do recesso parlamentar, embora as lideranças partidárias ainda busquem consenso sobre a redação final da proposta.

(Com informações da Agência Câmara de Notícias)

Fonte: Diap

Senadores e juristas defendem o fortalecimento da Justiça do Trabalho

Andressa Anholete/Ag. Senado



Cerca de 100 anos atrás, os conflitos trabalhistas eram normalmente tratados como casos de polícia, conforme destaca o próprio texto da proposta que deu origem à Justiça do Trabalho, em 1934.

Hoje, os trabalhadores têm suas demandas analisadas por juízes especializados — que foram homenageados em sessão especial do Senado nesta segunda-feira (13).

A sessão teve o objetivo de celebrar os 50 anos da Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), que foi criada em 1976. A cerimônia aconteceu a pedido — RQS 188/2026 — do senador Paulo Paim (PT-RS).

Os convidados defenderam o fortalecimento da Justiça do Trabalho como forma de proteger os trabalhadores diante dos riscos decorrentes dos novos empregos de aplicativos, da automação da produção e da "pejotização" (quando o profissional é contratado como se fosse uma empresa, ou seja, como pessoa jurídica).

O senador Laércio Oliveira (PP-SE), que presidiu a sessão, ressaltou que a Anamatra, além de defender os interesses dos juízes do trabalho, busca aprimorar o direito do trabalho ao participar de discussões parlamentares.

— A valiosa relação da Anamatra com o Congresso Nacional permite que o processo legislativo conte com a experiência prática de magistrados especializados. A entidade oferece subsídios técnicos aos parlamentares e participa do debate público sobre temas que afetam milhões de trabalhadores — disse Laércio.

Paulo Paim enfatizou que a associação atuou contra o que ele chamou de fragilização de direitos tanto no caso da reforma trabalhista de 2017 como diante da ausência de previsão especial para trabalhadores de aplicativos na Previdência Social.

O senador também citou a participação da Anamatra na elaboração da Constituição de 1988.

— Recordo o papel decisivo da Anamatra na Constituinte de 1988, quando o valor social do trabalho foi erguido como fundamento da nossa República — afirmou Paim, que participou da cerimônia de forma remota.

Fonte: Agência Senado